

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres  
Presidência da República – Brasil

41ª Reunião da Mesa Diretora da  
Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe

INFORME – CONSENSO DE QUITO  
Período: setembro de 2007 a março de 2008

## **Apresentação**

O ano de 2007 foi marcado por fatos fundamentais para o avanço das políticas de promoção da igualdade de gênero, autonomia e empoderamento das mulheres brasileiras.

Em primeiro lugar, cumpre assinalar a formulação do Plano Plurianual de Investimentos – PPA 2008-2011, definindo as metas e o suporte orçamentário para o segundo mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Conforme havíamos ressaltado, por ocasião da Décima Conferência Regional sobre la Mujer de América Latina y el Caribe, a Orientação Estratégica de Governo para a elaboração do PPA já destacava a necessidade do enfrentamento das desigualdades de gênero e raça, afirmando que: “É necessário traduzir essas orientações em iniciativas práticas e dar convergência à ação do setor público, por meio de uma estratégia de desenvolvimento com crescimento associado à redução das desigualdades sociais e regionais, à promoção da igualdade de gênero, raça e etnia e à manutenção sustentada da estabilidade fiscal e de preços”.

Da mesma forma, entre os 10 objetivos de governo que norteiam a formulação de políticas públicas no âmbito de cada Ministério, assim como a elaboração dos programas que integrarão o Plano Plurianual, destacamos o quarto objetivo: *“Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia, e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos”*

Do ponto de vista da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM, o momento foi de avaliação e revisão das práticas que caracterizaram a primeira fase de sua atuação. É importante lembrar que, neste segundo mandato, o governo federal ampliou as suas ações por meio da criação de duas agendas importantes, paralelamente ao PPA: o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), que prevê investimentos de vulto (R\$ 503 bilhões) em obras de infra-estrutura, nas áreas de transporte, energia, saneamento, habitação e recursos hídricos, até o ano de 2010, visando a acelerar o crescimento do País para gerar mais emprego e renda e reduzir as desigualdades regionais; e a Agenda Social, com focos em programas específicos de atendimento a demandas sociais prioritárias, a exemplo do Programa Mais Saúde e do Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Nesse sentido, considerando a magnitude dos desafios encontrados no trato da questão da violência, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres optou pela implementação de um grande programa denominado Pacto Nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, com o aporte de R\$ 1 bilhão, a serem aplicados entre 2008 e 2011. Lançado em agosto de 2007, sob a coordenação da SPM, o Pacto conta com o apoio de diversos ministérios e secretarias especiais: Justiça, Desenvolvimento Social, Saúde, Educação,

Cidades, Desenvolvimento Agrário, Cultura, Direitos Humanos e Políticas de Promoção da Igualdade Social. Dentre as várias ações previstas estão o incentivo à criação de juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher pelos Tribunais de Justiça dos Estados, o fortalecimento da rede de atendimento à mulher em situação de violência, com a implantação de novos centros de referência, defensorias públicas, casas-abrigo e delegacias especializadas em parceria com governos estaduais e municipais.

A construção do Pacto partiu da concepção de que o enfrentamento a todas as formas de violência contra a mulher só será possível com a implementação de ações integradas, organizadas em áreas estruturantes. Seu desenho rompe com a visão tradicional de atuação fragmentada do Estado.

O Pacto consolida a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; aprofunda a implementação da Lei Maria da Penha; fortalece o combate à exploração sexual de meninas e adolescentes e ao tráfico de mulheres; promove os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e os direitos humanos das mulheres em situação de prisão.

Outro momento importante a destacar foi a realização da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, no período de 17 a 20 de agosto de 2007, em Brasília, com os objetivos de avaliar o I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (I PNPM) e discutir a participação das mulheres nos espaços de poder.

O processo da II CNPM envolveu 195 mil mulheres de todos os cantos do País. De março a julho de 2007, foram realizadas 600 conferências municipais/regionais e estaduais, envolvendo 1.616 municípios, onde se discutiu a realidade social, econômica, política e cultural brasileira e os desafios para a construção da igualdade na perspectiva da implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. No total, estiveram presentes à II CNPM cerca de 2800 delegadas, entre representantes governamentais e não-governamentais, representando a diversidade das mulheres brasileiras.

Entre os principais resultados apresentados pela II Conferência Nacional, podemos citar: a reafirmação dos princípios da Política Nacional para as Mulheres e o detalhamento dos eixos estratégicos já existentes (Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho, com inclusão social; Educação inclusiva, não-sexista, não-racista, não-homofóbica e não-lesbofóbica; Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres; e Gestão e monitoramento do Plano) e a inclusão de seis novos eixos, a saber:

- i) Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão;
- ii) Desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta, com garantia de justiça ambiental, soberania e segurança alimentar;
- iii) Direito à terra, moradia digna, e infra-estrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais;
- iv) Cultura, comunicação e mídia igualitárias, democráticas e não discriminatórias;
- v) Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia; e,
- vi) Enfrentamento das desigualdades geracionais que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens e idosas.

Deste processo resultou uma ampla revisão do PNPM, com a participação de todos os setores de governo envolvidos com a sua implementação, assumindo-se a articulação entre as ações

que o integram e aquelas constantes do PPA 2008-2011, bem como das Agendas Sociais específicas de cada órgão setorial do governo, para o mesmo período. Desta forma, espera-se obter maior comprometimento da rede de parceiros com as políticas de promoção da igualdade de gênero.

No total, são 91 metas, 56 prioridades e 394 ações distribuídas em 11 grandes áreas de atuação, incluído aí um Capítulo dedicado às medidas voltadas para a sua Gestão e Monitoramento. Participam da sua execução 18 órgãos da administração pública federal (ministérios da Educação, Justiça, Saúde, Cidades, Turismo, Desenvolvimento Social, Planejamento, Trabalho e Emprego, Minas e Energia, Cultura e Meio Ambiente; secretarias de Promoção da Igualdade Racial e de Direitos Humanos, Casa Civil, Secretaria Geral da Presidência, SECOM, FUNAI e IPEA), além de representantes de mecanismos governamentais estaduais e municipais de políticas para as mulheres e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM).

No âmbito da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres a meta é implementar o Pacto Nacional, no valor de R\$ 1 bilhão, nos 26 estados e no Distrito Federal. Dentre as ações do Pacto estão a construção ou o reaparelhamento de 764 serviços especializados de atendimento à mulher (DEAM, Casas Abrigos, Centros de Referência, Defensorias Públicas, Juizados de Violência) e a ampliação da capacidade para 1 milhão de atendimentos do Ligue 180.

Além de propor o aumento de 20% da representação feminina no Plano legislativo, o capítulo referente à participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, ainda tem como metas: garantir um mínimo de 30% de candidaturas de mulheres nas eleições, conforme determina a Lei 9.504/97; ampliar em 20%, nas eleições de 2010, o número de mulheres na Câmara, no Senado Federal e nas Assembleias Legislativas e a revisão da Lei 9.504/97.

Na área da educação, além da alfabetização de 3 milhões de mulheres, as metas incluem, entre outras medidas, a construção de 1.714 creches e pré-escolas; a formação de 120 mil profissionais da educação nas temáticas de gênero, raça/etnia e a ampliação em 10% da frequência de mulheres negras no ensino superior.

Na área da saúde, o Governo Federal tem entre suas principais metas, para os próximos anos, reduzir em 15% a mortalidade materna e disponibilizar métodos anticoncepcionais em 100% dos serviços de saúde.

Também fazem parte das metas do II PNPM para o período 2008-2011, além da reserva de 30% das vagas nas frentes de trabalho do PAC e a realização de 1.500 mutirões do Programa Nacional de Documentação das Trabalhadoras Rurais, ampliar a participação das mulheres no Pronaf (Programa Nacional de Financiamento da Agricultura Familiar) em 35% e aumentar em 30% o número de trabalhadoras domésticas com carteira assinada.

## **1. Informações relativas a novas normativas sobre mudanças constitucionais, leis e regulamentos.**

No período desse Informe merecem destaque:

Decreto N.º 6347, de 8 de janeiro de 2008, que aprova o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (PNETP). Trata-se de um instrumento de implementação da Política

Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que traça medidas de prevenção ao crime e de repressão aos autores, além de garantir tratamento adequado às vítimas. A expectativa é de que em dois anos suas ações sejam executadas. A elaboração do Plano foi coordenada pela Secretaria Nacional de Justiça, do Ministério da Justiça, pela SPM, e pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, além de contar com a participação de outros órgãos e da sociedade civil. O Decreto também prevê a criação de um Grupo Assessor de Avaliação e Disseminação da proposta, integrado por representantes de 12 Ministérios e pela Advocacia-Geral da União.

Com a aprovação da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (em outubro de 2006) e agora, do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, o Brasil colabora com o movimento internacional de combate a esta prática, além de estar em consonância com os princípios e diretrizes estabelecidos no Protocolo de Palermo, ratificado em 2004, pelo Governo Brasileiro.

Decreto N.º 6.387, de 5 de março de 2008, que aprova o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Decreto N.º 6.412, de 25 de março de 2008, que dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. O Decreto também dá ao CNDM um caráter mais democrático e inclusivo, além de manter seu caráter deliberativo. A proposta do novo CNDM foi resultado de um amplo processo que contou com a participação de todas as conselheiras.

Com base no Decreto, o CNDM amplia sua composição para o próximo mandato. O número de integrantes passa de 36 para 40, sendo 16 representantes do Poder Público Federal; três mulheres com notório conhecimento das questões de gênero a serem indicadas pelo Pleno do CNDM; e 21 representantes de entidades da sociedade civil, de caráter nacional, escolhidas por meio de votação por um colégio eleitoral formado por representantes das entidades habilitadas a uma vaga no Conselho. O processo de renovação será coordenado pelo atual CNDM, e contará com duas etapas, uma para a habilitação das entidades e outra para a seleção por votação de todas as entidades consideradas habilitadas para o pleito. A posse das novas conselheiras está prevista para maio de 2008.

## **2. Institucionalidade criada a nível nacional e local para implementar as recomendações do Consenso de Quito, incluídos os mecanismos de transversalidade da perspectiva de gênero na estrutura estatal.**

No Brasil, a implementação das recomendações do Consenso de Quito está sob a coordenação da SPM, e conta com a participação das Secretarias e Coordenadorias estaduais e municipais, e o apoio da sociedade civil. Considerando a importância do conhecimento das referidas recomendações para o seu cumprimento, a SPM tomou a iniciativa de divulgá-las na II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que reuniu um grupo expressivo de delegadas, representando os mais diferentes segmentos e tendências dos movimentos feministas e de mulheres, de todas as regiões do país, no período de 17 a 20 de agosto de 2007.

Sobre este tópico e respondendo, em parte, às duas primeiras recomendações do Consenso de Quito, cabe salientar o lançamento, pela SPM, em 7 de março de 2008, de Edital para o financiamento de projetos sob a responsabilidade de organizações governamentais e não-governamentais, nas seguintes áreas: i) enfrentamento da violência contra as mulheres; ii)

apoio a organismos de direitos e de políticas para as mulheres; iii) autonomia econômica e empreendedorismo e iv) participação das mulheres nos espaços de poder.

Em relação a este último item, a SPM apoiará financeiramente iniciativas destinadas a: i) promover e qualificar, prioritariamente, as mulheres candidatas aos espaços de poder executivo e legislativo municipais, para as eleições municipais de 2008, sensibilizando-as para a incorporação da agenda feminista e de igualdade racial nas suas plataformas eleitorais; e ii) desenvolver ações para que todos os candidatos incorporem em suas plataformas de campanha a agenda feminista e de igualdade racial.

Também serão selecionados projetos no âmbito do Termo de Referência sobre “Cidadania e Efetivação dos Direitos da Mulher”, que estejam relacionados à realização de ações de sensibilização e mobilização social e que tenham por finalidade promover a conscientização e a redução das desigualdades entre homens e mulheres e a promoção de uma cultura não-discriminatória e de paz. Em última instância, poderão ser atendidas todas as 11 (onze) áreas de atuação do governo que integram o II PNPM.

Ainda do ponto de vista do fortalecimento da “institucionalidade criada a nível local e regional”, viabilizando a implementação de várias medidas recomendadas pelo Consenso de Quito, é importante destacar a criação do Consórcio Regional de Promoção da Cidadania das Mulheres das Gerais, ocorrido em 27 de março de 2008. Integrado pelos municípios de Belo Horizonte, Sabará, Betim e Contagem, no Estado de Minas Gerais, este é o primeiro consórcio brasileiro que visa ao enfrentamento da violência contra as mulheres, constituindo um dos produtos do Convênio Brasil-Canadá, acordo bilateral para a constituição de Consórcios públicos para a melhoria das condições de vida da população (em conformidade, portanto, com a terceira recomendação do Consenso de Quito).

### **3. Repercussões e resultados das políticas de gênero adotadas no período**

Considerando as diferentes áreas de atuação do governo brasileiro em prol da igualdade de gênero e tendo em vista os avanços registrados no período de setembro de 2007 a março de 2008, este item será respondido por blocos, ou áreas estratégicas, referidas às recomendações do Consenso de Quito.

#### **3.1. Trabalho**

Neste campo temos a destacar:

A realização, em 27 de janeiro de 2008, da I Reunião de Avaliação Semestral do *Programa Rio: Trabalho e Empreendedorismo da Mulher*, lançado em 2007 e desenvolvido por meio de uma parceria no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica entre Governo Federal (SPM, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério de Desenvolvimento Social) e Governo do Estado do Rio de Janeiro (Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos e Secretaria de Estado de Trabalho).

O Programa constitui um passo importante para o fortalecimento das ações orientadas para a autonomia econômica e financeira das mulheres, por estimular o espírito empreendedor e ampliar as possibilidades de acesso ao crédito e à comercialização de seus produtos. Seu objetivo principal é alterar de modo significativo a inter-relação presente nos processos de desenvolvimento local e os fatores de vulnerabilidade que incidem sobre a vida das mulheres

em geral, e em particular das mulheres pobres e extremamente pobres, no que diz respeito à ambiência produtiva, à autonomia econômica e financeira das mulheres e às posições ocupadas por elas no mercado de trabalho. A partir dessa experiência, avaliada como bastante positiva, o programa será estendido para os Estados da Paraíba e Santa Catarina, e para o Distrito Federal.

A primeira ação, em 01 de abril de 2008, do “Expresso Cidadã” – projeto que conta com uma unidade móvel que promoverá a documentação das mulheres rurais. Cerca de 600 mulheres do município de Marabá, situado ao sul do Estado do Pará, participaram. O próximo Estado a beneficiar-se da iniciativa será o Piauí (no Nordeste do país) e a meta do governo brasileiro é que até 2010 todas as Unidades da Federação sejam atendidas. Esta é uma ação do Programa de Documentação da Trabalhadora Rural, que integra o Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE), promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, e está incluído no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

No dia 19 de março foi lançado o Programa Organização Produtiva das Mulheres Rurais. O programa, uma iniciativa conjunta da SPM, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), tem como objetivo fortalecer as organizações produtivas das trabalhadoras rurais, por meio de várias iniciativas, dentre elas, a realização de estudos para identificar e quantificar o trabalho não remunerado das mulheres do campo e da floresta; o desenvolvimento de oficinas de capacitação destinadas às mulheres sobre planejamento, produção, alternativas de escoamento dos produtos, além do apoio à participação em feiras nacionais e regionais. A iniciativa reúne, ainda, ações da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego.

Dentre as diversas ações da SPM no Programa estão a realização de oficinas de capacitação e a distribuição de cartilhas sobre como as mulheres podem se organizar para criar cooperativas e associações (procedimentos para elaboração de regimento, registro junto aos cartórios, organização jurídica da instituição, cooperativismo, associativismo etc). Outra iniciativa é apoiar o processo de produção de alimentos orgânicos, artesanato, plantas medicinais, dentre outros, bem como oferecer orientações sobre a organização da produção e sua comercialização. Também estão previstas capacitações em gênero e políticas públicas.

### **3.2. Educação**

Neste campo vale destacar mais uma edição do *Programa Mulher e Ciência*, instituído em 2005, com o objetivo de valorizar as pesquisas realizadas e estimular a elaboração e divulgação de novos conhecimentos no campo de estudos das relações de gênero, mulheres e feminismos, em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Ministério da Educação e UNIFEM.

A terceira edição do Programa se concentrou no lançamento do 3º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero – concurso de redações para estudantes do ensino médio e de artigos científicos para estudantes de graduação e estudiosos já graduados, que estejam cursando a pós-graduação, ou envolvidos com alguns dos temas centrais do concurso.

Concorreram ao 3º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, 620 estudantes do Ensino Médio, dos quais 290 tiveram as suas redações selecionadas. Entre os alunos de graduação e

graduados, foram apresentados 591 artigos científicos, dos quais, 448 foram selecionados: 139 escritos por estudantes de graduação e 309 correspondentes aos graduados e pós-graduados. Para cada uma das categorias de Graduados e Estudantes de Graduação, serão distribuídos prêmios em dinheiro e bolsas de estudo; na categoria de Estudantes do Ensino Médio foram selecionadas as melhores redações de cada uma das 27 Unidades da Federação e dentre estas as 3 melhores do Brasil. As/Os estudantes do ensino médio premiadas/os recebem um computador e bolsas de estudo. A cerimônia de entrega dos prêmios será realizada na última semana deste mês de abril de 2008.

Também merece referência a realização da 4ª edição do Seminário Mulher e Mídia, em setembro de 2007. O seminário tem como objetivo a capacitação de profissionais da mídia, incluindo organizações da sociedade civil que trabalham nesta área, nos temas de gênero. Os Seminários são uma parceria da SPM, Instituto Patrícia Galvão e Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem). Mais de 200 mulheres de 25 estados brasileiros debateram temas como TV pública, a desqualificação das mulheres no poder, uma mídia não-discriminatória, novas fronteiras da mídia e propostas para uma nova agenda política de comunicação.

Por fim, destaca-se nesse campo, no período desse informe, a realização, em dezembro de 2007, do Simpósio *Gênero e Indicadores da Educação Superior Brasileira*, com a participação de professoras e pesquisadoras de diferentes instituições – representando as distintas regiões do país – além de representantes do INEP/MEC e da SPM. O Simpósio resultou na publicação de uma coletânea de sete artigos, a ser lançada no próximo mês de maio de 2008, e na criação de um grupo de trabalho para pensar indicadores de gênero no ensino superior. Este é mais um resultado da parceria que a SPM mantém com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do Ministério da Educação, voltada para o levantamento de indicadores e produção de análises sobre a trajetória da mulher na educação brasileira.

### **3.3. Saúde**

Na área da saúde, merece destaque a realização da “I Reunião Ministerial de Políticas para as Mulheres e HIV/Aids: Construindo Alianças entre Países da Língua Portuguesa para o Acesso universal”. O encontro realizou-se no Rio de Janeiro, dias 24 e 25 de março, reunindo todos os integrantes da Comissão de Países da Língua Portuguesa (CPLP), a saber: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

Na reunião, foram reafirmados os compromissos assumidos no âmbito da CPLP, na Conferência de Chefes de Estado e de Governo, em Maputo (2000); Acordo de Cooperação entre os Governos da CPLP sobre o combate ao HIV/Aids, firmado na Conferência de Brasília (2002) e da Resolução sobre a Luta contra o HIV/Aids, adotada na V Conferência da CPLP (2004).

E discutida e aprovada a Carta do Rio de Janeiro a partir das contribuições de representantes de governo, sociedade civil, mulheres que vivem com HIV/Aids nesses países e agências do Sistema das Nações Unidas. Os compromissos firmados levam em conta as necessidades e especificidades regionais, respeitando aspectos culturais e as vulnerabilidades desse segmento da população. A partir do texto, será proposta uma agenda de cooperação horizontal entre os países, que busque fortalecer as respostas nacionais no enfrentamento da feminização da epidemia de HIV/Aids. Nesse sentido, os países envolvidos comprometem-se a facilitar a

implementação de trabalhos de cooperação voltados para a garantia da efetivação dos direitos das mulheres; o acesso universal à prevenção, promoção, assistência e tratamento de DST e HIV/Aids, com prioridade para as interfaces entre Aids e violência contra as mulheres; a disponibilidade e a adesão ao uso de preservativos femininos e masculinos; bem como a diminuição das iniquidades de gênero e o engajamento e a parceria efetiva dos homens.

Durante o encontro, também foram apontados fatores que contribuem para a vulnerabilidade feminina à epidemia, como a desigualdade nas relações de poder entre homens e mulheres, o menor poder de negociação das mulheres quanto ao uso de preservativo e às decisões que envolvem a sua vida sexual e reprodutiva. A violência doméstica e sexual contra mulheres e meninas; a discriminação e o preconceito relacionados à raça e etnia; e a falta de percepção das mulheres sobre o risco de se infectar pelo HIV também foram pontos do debate. Nos países africanos, foram destacados aspectos específicos, os quais aumentam a vulnerabilidade das mulheres, como a poligamia e a mutilação genital.

A Reunião Ministerial resultou de uma parceria entre a SPM, o Ministério da Saúde, o UNAIDS, o UNFPA, o UNIFEM, e o UNICEF.

Ainda no campo do enfrentamento à feminização da AIDS merece destaque a criação no Estado de Roraima (situado na região Norte do país), em janeiro de 2008, do primeiro Núcleo de Mulheres Indígenas Soro-positivo do Brasil, com o objetivo de tratar e acompanhar mulheres portadoras da doença oriundas de comunidades indígenas. O Núcleo é coordenado pela índia macuxi Nívea Maria Queiroz, que convive há mais de dez anos com a doença. O trabalho consiste na prevenção das doenças sexualmente transmissíveis nas comunidades e no acompanhamento psicossocial da mulher soro-positivo. Para isso, o Núcleo fechou parcerias com diversas instituições e grupos de apoio, como o Nós Existimos, Organização dos Povos Indígenas da Capital (Odic) e do Grupo Diversidade.

### **3.4. Violência**

Nesta área, o ano de 2007 registrou avanços muito significativos, como a instituição do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e a implementação da Lei Maria da Penha, de prevenção e combate à violência doméstica e familiar sofrida pelas mulheres.

Em decorrência da Lei Maria da Penha, a Central de Atendimento à Mulher (serviço telefônico gratuito sob a responsabilidade da SPM) superou a marca de 200 mil atendimentos, em 2007, a maior parte dos quais referente a informações sobre a utilização da Lei Maria da Penha.

No dia 22 de setembro de 2007, comemorou-se um ano de vigência da Lei Maria da Penha. O tema da violência contra a mulher – cuja invisibilidade foi combatida anos a fio por movimentos feministas e de mulheres – virou pauta recorrente na imprensa, agenda obrigatória entre operadores do direito e profissionais da segurança pública, fenômeno editorial (mais de dez livros publicados) e inspiração para sambas e cordéis.

O Dia Internacional da Não-Violência contra as Mulheres e um ano de vigência da Lei Maria da Penha foram celebrados, no dia 26 de novembro de 2007, no Rio de Janeiro, com o show "Por uma Vida sem Violência", promovido pela SPM, Secretaria de Ação Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro, Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) e pela ONG Agende Ações em Gênero e Cidadania (Agende), e patrocinado pela

Petrobras. Este evento teve a participação direta de diversas pessoas de destaque no cenário artístico brasileiro.

Antes do espetáculo foi lançada a Cartilha *Lei nº 11340/06: use sem restrições*, da Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres. A cartilha estabelece um diálogo entre sociedade e instituições, ao trazer informações sobre a Lei e orientações para que os operadores do direito e os agentes de segurança possam aplicá-la sem restrições e discriminação.

Ainda no Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher (25/11), a praia de Copacabana, no Rio de Janeiro, foi o palco do lançamento da Campanha de 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, nos postos de gasolina da BR Distribuidora (da Petrobras), que tem como slogan "Está na Lei. Exija seus Direitos. Lei Maria da Penha". Até o dia 10 de dezembro, foram distribuídos 600 mil folhetos informativos sobre a Lei Maria da Penha, em 150 postos da BR Distribuidora, localizados em 15 capitais brasileiras e regiões metropolitanas do país. Além do Rio de Janeiro, integraram a campanha postos de Niterói (RJ), São Paulo, Campinas (SP), Brasília (DF), Goiânia (GO), Belo Horizonte (BH), Porto Alegre (RS), Curitiba (PR), Aracaju (SE), Salvador (BA), Recife (PE), Fortaleza (CE), Belém (PA) e Manaus (AM) e mais cinco postos rodoviários. A iniciativa é resultado da parceria entre a SPM e a BR Petrobras Distribuidora, que pelo segundo ano consecutivo adere à campanha.

O Estado de Pernambuco – onde a violência contra as mulheres tem assumido proporções alarmantes – lançou, em outubro de 2007, o primeiro Plano Estadual de Combate à Violência contra as Mulheres. Elaborado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, o Plano faz parte do Pacto pela Vida – lançado em março daquele ano pelo governo pernambucano e consiste num conjunto de ações estruturadas, de curto, médio e longo prazo para combater a violência no estado. O Plano Estadual conta com o apoio do governo federal e soma forças com o Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres.

O objetivo do plano pernambucano é prevenir, punir e erradicar, num prazo de oito anos, a violência contra a mulher no estado. Serão investidos R\$ 324 milhões na sua execução, que prevê a construção de seis centros médicos para as mulheres vítimas da violência e capacitação de 12 mil profissionais de segurança, educação, saúde e outros setores. Entre as prioridades do Plano estão a criação e manutenção de delegacias/pólos especializados no atendimento à mulher e a criação e manutenção de defensorias públicas que tratem da defesa da mulher em situação de violência.

O Ceará (Estado do Nordeste do Brasil) deu um importante passo no combate à violência contra a mulher. O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE) instalou, em 18 de dezembro de 2007, em Fortaleza, o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, que é o primeiro do País na categoria a ter processos virtuais, ou seja, sem pilhas de papel. A iniciativa favorece mais rapidez e agilidade à tramitação dos processos. O Juizado conta com uma estrutura que inclui equipe multidisciplinar, salas de acolhimento e brinquedoteca para crianças. No dia 19 de dezembro de 2008, em Juazeiro do Norte, município daquele estado, foi instalada uma sede deste Juizado e com a mesma função.

No campo do enfrentamento à violência contra as mulheres rurais, merece destaque a 3ª edição da Marcha das Margaridas, cujo tema foi "2007 Razões para Marchar". Entre as reivindicações que constavam da pauta apresentada pela Marcha, que reuniu mais de 30 mil

trabalhadoras rurais na capital federal reivindicando direitos previdenciários, contra a violência sexista e por segurança alimentar, estava a criação do Fórum Nacional de Elaboração de Política de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta. Na ocasião, Nilcéa Freire anunciou, em nome do Governo Federal, o atendimento de 13 reivindicações e assinou Portaria instituindo o Fórum. Coordenado pela SPM, o Fórum é constituído pelos Ministérios do Desenvolvimento Agrário; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Saúde; do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; da Justiça; e do Meio Ambiente, pela Secretaria-Geral da República, pelas Secretarias Especiais de Políticas da Promoção da Igualdade Racial; e de Direitos Humanos, pela Marcha Mundial das Mulheres, pelo Conselho Nacional dos Seringueiros, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, pelo Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia; Movimento de Mulheres Camponesas, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste e Movimento de Mulheres Quebradeiras de Coco.

No campo do enfrentamento à violência contra as mulheres merecem destaque, ainda, as ações desenvolvidas junto ao judiciário. Em 10 de março de 2008 realizou-se, em Brasília, a II Jornada da Lei Maria da Penha, na qual foram assinados Convênios para dar maior efetividade à implementação da Lei e promover a capacitação de juizes na aplicação da mesma. As Jornadas são frutos de uma parceria entre a SPM, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Secretaria de Reforma do Judiciário e têm a finalidade de debater formas de aumentar o número de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher no país.

Por fim, vale destacar o trabalho realizado pelo Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) criado para revisar o sistema prisional feminino do País, que entregou, no dia 13 de dezembro de 2008, aos ministros da Justiça, Tarso Genro, e da SPM, Nilcéa Freire, o relatório preliminar com o diagnóstico do sistema carcerário feminino e as principais medidas emergenciais para reverter o quadro em que se encontram as mulheres em situação de prisão.

Segundo o documento, as mulheres cumprem pena em espaços inadequados, em situações insalubres (presença de insetos e roedores, ausência de saneamento básico, pouca ventilação etc). Os espaços destinados a creches são precários e não existem critérios definidos para separar mãe e filho, além de outras questões.

A partir desse diagnóstico, o GTI propõe três medidas emergenciais. São elas: estabelecer parceria imediata com o Judiciário e demais instituições afins, visando realizar um mutirão para revisão dos processos das cerca de 26 mil mulheres em situação de prisão; estimular a realização de convênios com os governos estaduais, visando a construção e/ou reforma de cadeias públicas a fim de garantir a existência de celas próprias para as mulheres; e readequação do Projeto Arquitetônico, elaborado pelo Departamento de Engenharia e Arquitetura do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça, de forma a oferecer celas individuais e instalações adequadas.

Os ministros Tarso Genro e Nilcéa Freire acataram as recomendações do GTI e para colocar em prática as medidas emergenciais já determinaram às suas equipes internas o desenvolvimento de um plano de ação, que será executado imediatamente. Os recursos são oriundos do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) e do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Em 19 de fevereiro de 2008 foi assinado o Acordo entre o Ministério da Justiça e a SPM para ter início

o trabalho de mutirão com vistas a acelerar a prestação de assistência jurídica às mulheres encarceradas.

Brasília, 10 de abril de 2008